

**RESOLUÇÃO Nº 167/2022**  
(Publicada no Diário Oficial de 29/12/2022)

Alterada pela Resolução nº 128/25.

**Concede o benefício do Crédito Presumido do ICMS à TECHNOFIX  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE FIBRA DE  
VIDRO LTDA.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto nº 18.802, 20 de dezembro de 2018, que instituiu o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND e considerando o que consta do processo SEI nº 015.4020.2022.0003121-26,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à TECHNOFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE FIBRA DE VIDRO LTDA., CNPJ nº 11.265.801/0002-86 e IE nº 006.002.714NO, instalada em Salvador, neste Estado, nos termos do Decreto nº 18.802/2018, os seguintes benefícios:

**I** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas entradas decorrentes de importação do exterior, nas operações internas e nas aquisições interestaduais, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, com base no inciso XXV e §§ 13, 14 e 15, do art. 286 do Regulamento do ICMS, Decreto nº 13.780/2012.

**II** - Crédito Presumido - fixa em 70% (setenta por cento) o percentual de Crédito Presumido do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de produtos de fibra de vidro e/ou carbono (postes, perfis, tubos e conexões), com prazo contado a partir de 1º de dezembro de 2022 até 31 de dezembro de 2032.

**III** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas as entradas decorrentes de importação do exterior de fibra de vidro (NCM 7019.12.90), para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização, com base no inciso XXX, art. 2º do Decreto nº 6.734/97.

**Nota:** O inciso III foi acrescentado ao art. 1º pela Resolução nº 128 de 04/09/25, DOE de 06/09/25, efeitos a partir de 06/09/22.

**Parágrafo Único.** fixa em R\$ 401.226,34 (quatrocentos e um mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos) o valor do recolhimento mínimo anual do ICMS que deve ser atualizado, anualmente, com base na variação acumulada do IPCA ou outro que venha a substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a partir do ano base.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 13 de dezembro de 2022.

146ª Reunião Ordinária do Probahia

**JOÃO NETO PINHEIRO DA SILVA**  
Presidente